Inspeção do Comércio Bancário

Decreto n.º 9:430

Usando da autorização conferida ao Governo pela lei n.º 1:545, de 7 do corrente mês, e nos termos do § 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem decretar o seguinte:

Artigo 1.º A partir de 1 de Março próximo futuro, nas Bolsas Officiais de Lisboa e Porto, o preço das transacções para a divisa «Londres» passará a ser apregoado e regulado em moeda portuguesa por forma idêntica à que está determinada para a restante moeda estrangeira.

Art. 2.º É revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e Ministro das Finanças e os Ministros das demais Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 16 de Fevereiro de 1924.— MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Alvaro Xavier de Castro — Alfredo Ernesto de Sá Cardoso — José Domingues dos Santos — António Germano Guedes Ribeiro de Carvalho — Fernando Augusto Pereira da Silva — Domingos Leite Pereira — António Joaquim Ferreira da Fonseca — Mariano Martins — António Sérgio de Sousa — Júlio Ernesto de Lima Duque — Mário de Azevedo Gomes.*

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

Rectificação

Por ter saído inexacto, novamente se publica o § único do artigo 26.º do decreto n.º 9:424, inserto no *Diário do Governo* n.º 33, 1.ª série, de 13 do corrente mês:

§ único. As taxas a cobrar, por cada cópia dos recibos dos modelos n.ºs 68 e 74, serão, respectivamente, de \$20 e 15.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, 15 de Fevereiro de 1924.— O Engenheiro, Administrador Geral, *António Maria da Silva.*

MINISTÉRIO DO TRABALHO

Direcção Geral de Saúde

Decreto n.º 9:431

O exercício da profissão farmacêutica andava eivado de tais abusos e irregularidades, tam atentatórios da saúde pública como de interesses legítimos, que reclamações instantes têm subido aos poderes públicos para que se ponha cõbro aos desmandos cometidos. Uma regulamentação integral e plena desse exercício profissional, para algumas das novas prescrições a instaurar, necessita de medida legislativa, que se esteie em trabalhos elaborados pelas autoridades técnicas competentes.

Uma comissão em tempo nomeada pelo Governo adiantou já esses trabalhos, que na devida oportunidade servirão de base a uma proposta a apresentar ao Parlamento.

Entretanto importa, desde já, até onde o permitam as autorizações conferidas ao Poder Executivo, obviar aos

males contra os quais não cessam as queixas. Tal é a obra que pretende realizar o presente decreto, fundado nas leis e regulamentos de saúde pública, nomeadamente na lei especial de 13 de Julho de 1882, e formulado depois da audiência das estâncias competentes e das proposições presentes pelas corporações farmacêuticas.

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Trabalho, aprovar e mandar pôr em execução o regulamento que faz parte deste decreto, e que vai assinado pelo competente Ministro.

O Ministro do Trabalho assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 16 de Fevereiro de 1924.— MANUEL TEIXEIRA GOMES — *Júlio Ernesto de Lima Duque.*

Regulamento do exercício da profissão farmacêutica

Artigo 1.º Todas as farmácias abertas ao público ou privativas de estabelecimentos de assistência e associações de mutualidade ou outros serão dirigidas permanentemente por um farmacêutico legalmente habilitado, seu proprietário ou gerente técnico, que podem assistirse de ajudantes técnicos de farmácia, sob sua imediata responsabilidade.

§ 1.º No caso de legítimo impedimento temporário, o farmacêutico poderá ser substituído por outro farmacêutico, por um aluno habilitado com o 4.º ano do respectivo curso ou por um ajudante técnico, que deve ter pelo menos vinte anos de idade completos e estar habilitado com o exame de instrução primária ou de admissão aos liceus e com quatro anos de prática, registada nos termos deste decreto.

§ 2.º Considera-se como legítimo impedimento temporário do farmacêutico a sua doença eventual ou a sua ausência por espaço de tempo superior a trinta dias. A ausência, além deste prazo, obriga o farmacêutico a fazer-se substituir por outro farmacêutico ou por um aluno do 4.º ano das Faculdades de Farmácia.

§ 3.º No caso de falecimento do farmacêutico proprietário de farmácia, esta poderá continuar aberta ao público durante três meses, a datar do falecimento, desde que esteja à sua frente um ajudante técnico nas condições do § 1.º Passado este prazo, tem de ser gerida por um farmacêutico legalmente habilitado.

§ 4.º Não é permitido a nenhum gerente técnico, não sendo o proprietário ou coproprietário da farmácia, desampenhar outra profissão ou cargo público e particular que o force a afastar-se do estabelecimento, de modo a prejudicar a regularidade da assistência a que é obrigado.

Art. 2.º Não poderão constituir-se sociedades de qualquer género para a exploração da indústria farmacêutica entre farmacêutico e qualquer diplomado de medicina.

Art. 3.º É obrigatória para todas as farmácias a inscrição, no exterior e no interior, em caracteres bem legíveis, do nome do farmacêutico responsável, proprietário ou gerente técnico. Esta inscrição é igualmente obrigatória nos rótulos, carimbos, facturas, requisições ou outros documentos de que a farmácia faça uso público.

§ único. Para o integral cumprimento desta disposição será concedido o prazo de seis meses.

Art. 4.º A prática dos ajudantes técnicos de farmácia será inscrita em livro especial pelo farmacêutico e registada na Delegação de Saúde respectiva, mediante nota enviada anualmente durante o mês de Janeiro, contendo cada uma o nome, idade, filiação, comportamento e aproveitamento do ajudante.

§ 1.º Esta prática só poderá começar-se a registar desde que o ajudante perfaça dezasseis anos de idade.